

# Semana terá Brics no Rio e ministros na Câmara

## Oposição deve tratar de anistia com Hugo Motta

Por Karoline Cavalcante

A agenda política da semana tem como destaque a realização da Cúpula do Brics no Brasil, reunindo representantes de economias emergentes para discutir temas centrais da governança global e do desenvolvimento sustentável. O encontro teve início neste domingo (6) e segue nesta segunda-feira (7), no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro.

O Brics é o bloco formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e que ganhou a adesão de outros países emergentes. Apesar da importância estratégica do evento, a ausência de figuras centrais como o presidente da China, Xi Jinping, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, chama atenção. Ambos optaram por enviar representantes oficiais, o que pode reduzir o peso político de algumas discussões. Também não participam o líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, e o presidente do Egito, Abdul Fatah Khalil Al-Sisi.

### Presidência

O Brasil ocupa a presidência rotativa do Brics até o fim de 2026, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem a missão de fortalecer o grupo como um fórum de concertação política e cooperação entre países do Sul Global. Entre os principais objetivos estão a reforma da governança internacional, o estímulo a iniciativas de desenvolvimento sustentável e a promoção de uma agenda pacifista diante dos conflitos internacionais.

Lula já sinalizou o tom de sua liderança ao discursar na abertura da reunião do Novo Banco de Desenvolvimento (o "Banco do Brics"), na última sexta-feira (4). Em sua fala, elevou o tom contra a atuação da



Reunião do Brics domina espaços do Rio de Janeiro

Organização das Nações Unidas (ONU) no conflito entre Israel e Palestina, afirmando: "Há muito tempo não via nossa ONU tão insignificante como se apresenta hoje".

O Brics hoje reúne onze países-membros. São os fundadores — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — e os que aderiram depois: Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia, Indonésia e Irã. O bloco também possui a modalidade de países-parceiros, convidados a participar de encontros específicos. Fazem parte dessa lista Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã.

### Anistia

Na segunda-feira (7), a oposição se reunirá com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar de temas considerados prioritários. Entre os assuntos, deve estar a crise envolvendo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que aguarda audiência

de conciliação entre os Poderes Executivo e Legislativo, marcada para 15 de julho no Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro ponto que poderá entrar em discussão é o projeto de lei alternativo que propõe anistia aos manifestantes envolvidos nos atos de invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. O líder do PL na Câmara, deputado Sôstenes Cavalcante (RJ), já antecipou que a proposta pode ser pautada na última semana antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

### PL dos Cassinos

Já o Senado deve votar nesta terça-feira (8) o projeto de lei que regulamenta a operação de jogos de azar no Brasil, incluindo cassinos físicos, bingos, apostas em corridas de cavalos e o tradicional jogo do bicho. A votação foi agendada pelo presidente da Casa Alta, Davi Alcolumbre (União-AP). A matéria já passou pela Câmara e, se aprovada, seguirá para sanção presidencial.

### Ministros

A Câmara receberá ainda representantes do governo federal para prestar esclarecimentos na quarta-feira (9). Às 9h30, a audiência contará com a presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para debater os impactos e desdobramentos da Medida Provisória (MP) 1300/2025 que propõe alterações estruturais no setor elétrico.

No período da tarde, às 16h, o ministro da Comunicação Social, Sidônio Palmeira, está confirmado para participar da Comissão de Educação. Ele deverá detalhar as políticas de coordenação da unidade central do Sistema de Comunicação Social do Executivo Federal, além de explicar as ações voltadas à divulgação de medidas educativas e informativas para proteger a população contra crimes, especialmente aqueles envolvendo fraude e artifícios enganosos, inclusive no ambiente digital.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula avaliou que seria melhor não bater pé

### Planalto preferiu negociar para tentar vitórias

O governo estava certo de que venceria a disputa no Supremo Tribunal Federal sobre o aumento do IOF, mas aceitou a negociação como forma de demonstrar interesse no diálogo e de procurar garantir projetos como o do aumento da isenção do imposto de renda.

A certeza do Planalto estava baseada, principalmente, na declaração do ministro Flávio Dino, do

STF, de que o caso seria resolvido "em cinco minutos". Ele não chegou a revelar seu voto, mas ficou evidente de que ficaria ao lado de Lula.

A decisão de Alexandre de Moraes de anular decisões do governo e do Congresso sobre o tema foi resultado de intensas conversas na semana passada. O caso IOF virou uma espécie de pauta paralela do Fórum de Lisboa.

### Acordo de Lisboa

Além dele, outros ministros do STF, como Gilmar Mendes — que promove o evento — e Luís Roberto Barroso, presidente da corte, participaram das negociações. Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também estava por lá e entrou nas discussões.

### Moderador

Houve um consenso de que a crise entre os três poderes seria capaz de gerar prejuízos para todos. Agora, existe a perspectiva de que cada um abra mão de suas expectativas para que seja possível se chegar a um acordo. Cabe a Moraes agir como moderador.

Bruno Peres/Agência Brasil



Ministro condenou medida aprovada pelo Congresso

### Decisão de Moraes indica vantagem do governo

Apesar de o jogo ter sido zerado, o governo avalia que tem uma vantagem: Moraes questionou os motivos que levaram o governo a usar de sua prerrogativa de aumentar o IOF, mas foi claro ao considerar inconstitucional a decisão do Congresso de anular a medida.

O Planalto topa ceder, mas não quer abrir mão

da ampliação da isenção do IR, de aumentar o imposto das bets e de morder ganhos dos mais ricos. Avalia, baseado em pesquisas próprias, que a campanha nas redes sociais também lhe colocou em posição vantajosa.

A possibilidade de o STF definir uma negociação foi antecipada, terça, pelo Correio Bastidores.

### Xandão light

Nova piada brasileira: a situação em torno do ficou tão complicada e ameaçadora que até o quase sempre explosivo Alexandre de Moraes preferiu desarmar a bomba e assumiu o papel de conciliador. Depois do "Dino Debochado" é a vez do "Xandão ponderado".

### Pejotização

Por falar no STF: Gilmar Mendes convocou para setembro uma audiência pública para discutir a chamada pejotização, a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas. Em abril, ele suspendeu todos os processos trabalhistas sobre o tema.

### Em nome do pai

A decisão do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de bater tambor para a pesquisa da Gerp que dá ampla vantagem a seu pai numa disputa com Lula mostra a dificuldade da direita de articular uma candidatura alternativa. Isso, apesar a inegabilidade de Jair Bolsonaro.

### Dono da bola

Em post, Flávio publicou ilustração que mostra a imagem de seu pai sentado sobre 52 pontos percentuais — Lula aparece bem abaixo, com 32 pontos. "O capitão tá de volta", diz o título da montagem. Ou seja: o ex-presidente não quer saber de abençoar ninguém.

# Banco dos Brics aprovou R\$ 6,3 bilhões para projetos no Brasil

Fernando Frazão/Agência Brasil

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como banco do Brics, já aprovou US\$ 6,3 bilhões em financiamento para 29 projetos no Brasil, informou neste sábado (5) a ex-presidente Dilma Rousseff, presidente do NDB, em coletiva ao final da reunião anual da instituição, realizada na véspera da cúpula do Brics. Segundo Dilma, desse valor, US\$ 4 bilhões foram desembolsados — o que representa 18% do total.

No total, o banco aprovou US\$ 40 bilhões em financiamentos desde que foi criado, em 2014, sendo que US\$ 22,4 bilhões já foram desembolsados.

### Moedas locais

Dilma afirmou que uma das metas do banco é aumentar o volume de captação e financiamento em moedas locais, para reduzir exposição a câmbio e juros e fortalecer os mercados domésticos.

A presidente do NDB citou um projeto de modernização de infraestrutura da CPFL financiado em yuan, equivalente a US\$ 200 milhões. E mencionou o memorando de entendimento assinado em julho entre o NDB e a subsidiária da State Grid no Brasil para construir



Dilma: maior uso de moedas locais e menos dólar

uma linha de transmissão em estados do Nordeste, em valor equivalente a US\$ 3 bilhões.

### Prioridades

Segundo Dilma, as prioridades para os financiamentos são obras de infraestrutura e logística, inteligência artificial, data centers, hospitais inteligentes com IA e telemedicina e projetos para transição energética. A presidente do NDB falou sobre o projeto de hospital

inteligente em São Paulo financiado pelo banco, que inclui know how chinês.

A presidente anunciou a aprovação da entrada da Colômbia e do Uzbequistão no banco, que passa a contar com 11 membros — além de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tornaram-se integrantes os Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Egito e Argélia.

Segundo Dilma, a expansão do número de membros visa a

aumentar a representatividade do Sul Global. O NDB possui atualmente uma carteira de projetos no Brasil de R\$ 2,3 bilhões.

### Irã

Em declaração final, da sua cúpula de líderes no Rio de Janeiro, o Brics condena os recentes ataques contra o Irã, mas não menciona nem Israel nem Estados Unidos, os países que bombardearam a nação persa.

"Condenamos os ataques militares contra a República Islâmica do Irã desde 13 de junho de 2025, que constituem uma violação do direito internacional e da Carta das Nações Unidas", diz o documento divulgado neste domingo (6).

Após intensas discussões, os negociadores conseguiram evitar linguagem mais dura proposta pelos iranianos, com termos como "deploramos", considerados muito fortes no jargão diplomático. Mas o bloco aponta a "violação do direito internacional e resoluções relevantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)" com os "ataques deliberados" à infraestrutura civil e instalação nucleares no Irã.

Patrícia Campos Mello e Ricardo Della Coletta (Folhapress)